

Resenha bibliográfica*

Book Review

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Planos para o Brasil, projetos para o mundo*. O novo imperialismo britânico e o processo de Independência (1800-1831). São Paulo: Alameda, 2022.

Roberto Pereira Silva*

Planos para o Brasil, projetos para o mundo é o último livro do historiador José Jobson de Andrade Arruda. Integrando as discussões sobre o bicentenário da Independência, o trabalho examina a ruptura em escala temporal ampla, conjuntural diríamos, para resgatar o vocabulário da história quantitativa na qual se formou o professor emérito da Universidade de São Paulo. O trabalho deriva de obra anterior, *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*, publicado por ocasião dos duzentos anos de assinatura da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. A presente versão, contudo, mais que uma “reedição revista e ampliada” do texto anterior, resultou em “um novo livro” (Arruda, 2022, p. 9), cujo volume praticamente dobrou, com a extensão temporal da análise, a inclusão de novas fontes documentais e a ampliação vertical e horizontal da análise. Novo livro, também, pois não deriva unicamente do anterior, mas porque desenvolve, aplica e aprofunda trabalhos empíricos e reflexões metodológicas com as quais o autor vem se ocupando nas últimas duas décadas. Reflexões que se iniciaram em 2000 com o artigo “Decadência ou crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização no século XVIII” (Arruda, 2000), no qual identificou uma modificação nas relações entre a colônia americana e sua metrópole e que desenvolveu e ampliou em trabalhos mais recentes (Arruda, 2015).

* Submissão: 26/02/2024 | Aprovação: 17/05/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i2.968

** Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Brasil | ORCID: 0000-0002-8194-5086 | E-mail: roberto.silva@unifal-edu.br



Porém, não é exclusivamente no campo da história econômica que esse livro é um desdobramento das preocupações do autor. Refletindo, nos últimos anos, sobre o destino da disciplina que ajudou a formar e consolidar no Brasil, considera que a divisão entre história econômica, política e social não tem mais razão de ser em uma época de reestruturação de paradigmas. Por isso propôs uma “nova síntese historiográfica” (Arruda, 2014), ou uma “Renovada História Econômica” (Arruda, 2017), qualificada em artigo publicado na obra coletiva em homenagem aos vinte e cinco anos da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) (Saes *et al.*, 2017). Para o autor, é necessário elaborar uma história econômica “aberta à interação com os demais níveis de uma determinada especialidade do fazer histórico” (Arruda, 2017, p. 87), captando também as instâncias políticas, sociais e culturais que permeiam a totalidade da vida social e auxiliam na explicação do que é econômico. Em outras palavras, propõe a junção da perspectiva da história econômica com sua mirada para as estruturas e da micro-história com sua lente focalizada no detalhe. Para ele, “um movimento complexo resta, pois, como tarefa inexaurível ao historiador: não descuidar dos detalhes, da filigrana, mas também não deixar de inscrevê-la na teia ampla da macro-história” (Arruda, 2015, *apud* Sayuri, 2015). Uma postura metodológica que esse trabalho invoca na profunda atenção dada a certas personagens históricas essenciais para a compreensão do período. A trajetória política, formação intelectual, contexto de atuação de figuras como William Pitt, o Jovem, George Canning, D. João VI e D. Pedro são escrutinadas, ponderadas e sopesadas no contexto em que viveram e atuaram, sem considerá-los expressões de classes sociais ou partidos políticos, mas discutindo as individualidades e a agência subjacente a algumas das decisões mais importantes tomadas naquele período. História aberta também à dimensão cultural, como na discussão a respeito da formação de uma memória sobre ingleses e franceses, exercício que busca captar a sedimentação de visões, explicando-as nos contextos português e brasileiro, ou ainda, na reabilitação da figura histórica de D. João VI, empreendimento levado a cabo não somente no resgate das condições objetivas em que tomou decisões fundamentais para os destinos de Portugal e do Brasil, mas também na construção da imagem simbólica do monarca, dando especial atenção à escultura de corpo inteiro de D. João feita por João José de Aguiar, que imortalizou o

Regente em trajes de imperador romano para captar a “figura histórica”, com vistas a “imprimir sua real personalidade e caráter, ao invés de sua realidade morfológica” (p. 145).

Trata-se de um livro marcado pelo reforço da interpretação econômica e seus desdobramentos políticos, sociais e culturais, ensejada, principalmente, pela incorporação de dois novos documentos qualitativos que levaram seu autor a estender significativamente a perspectiva originalmente trabalhada na obra de 2008. *O Plano Sábio*, escrito que serviria de base a um discurso de William Pitt, o Jovem, produzido entre finais de 1800 e inícios do ano seguinte, é uma dessas fontes. A outra, inédita, é o *Plan to open news sources of commerce*, cuja autoria e datação o autor coloca, após análise interna do texto, entre finais de 1806 e não antes de 22 de outubro de 1807, atribuindo-o à pena de George Canning. São fontes que permitem estender no tempo o projeto imperialista inglês de ampliar sua presença na América do Sul, tendo como estratégia fundamental a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a assinatura de um tratado comercial que franqueasse à Inglaterra o acesso ao rico mercado sul-americano. Documentos que iluminam as condições de assinatura e a própria redação da Convenção Secreta de Londres, esta já tratada em *Uma colônia entre dois Impérios*.

É preciso assinalar que, tanto quanto a incorporação dessas novas fontes documentais à análise, a maneira como são trabalhadas no livro deslinda outra característica da produção do autor, a saber: sua preocupação didática. Os documentos não apenas estão incorporados ao texto, mas recebem uma leitura minuciosa no último capítulo, verdadeiro exemplo de crítica documental, onde se discute a autoria, a datação e as relações textuais entre eles. Crítica de fontes e, também, de análise política, pois os escritos são examinados sob o pano de fundo da trajetória de seus autores, das tramas políticas inglesa e portuguesa, das relações diplomáticas entre as duas nações e, também, da conjuntura internacional das guerras napoleônicas.

Se esses novos documentos, ao lado das fontes quantitativas, formam a ossatura do livro, sua argumentação vai sendo apresentada ao longo da leitura sem descurar dos debates historiográficos e da discussão de temas e teses elaboradas a respeito de eventos tão cruciais como a Abertura dos Portos, a Independência e o Imperialismo britânico. O livro discute,

avança e aproveita-se tanto de autores clássicos como Oliveira Lima, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Caio de Freitas, quanto de trabalhos mais recentes, como os de Jorge Borges de Macedo, Valentim Alexandre, P. J. Cain, A. G. Hopkins e Ernest Pijning, para ficar apenas em alguns.

A exposição não é propriamente cronológica, mas obedece a uma lógica argumentativa que busca dar visibilidade aos problemas abordados e às explicações propostas. Assim, a veloz conjuntura das guerras continentais, do deslocamento dos exércitos e das decisões nacionais é contraposta às explicações estruturais, ligadas às modificações econômicas europeias, inglesas, portuguesas e brasileiras. Em outra dimensão, as ações do monarca português, sob a pressão da diplomacia britânica, são examinadas no prazo mais longo das relações entre os dois reinos e a trajetória de suas principais figuras políticas. Finalmente, os próprios documentos, que formam a base da argumentação ao longo do livro, recebem análise ampla no capítulo final, que serve como encerramento e síntese do que veio argumentado até então.

O capítulo 1 nos mergulha, diretamente, nas condições geopolíticas e militares que permitiram aos ingleses atuarem de forma decisiva na persuasão de D. João para transladar a Corte ao Rio de Janeiro e as medidas que se seguiram: Abertura dos Portos e Tratado do Comércio e Amizade com a Inglaterra. O histórico das relações entre Portugal e Inglaterra desde o século XVIII são reexaminadas, bem como os conflitos deste último país com a França. Essa retomada serve para delinear o terreno incerto em que se encontrava o reino lusitano, aliado de longa data da Inglaterra, mas cujo comércio de reexportação de produtos brasileiros vinha cristalizando relações comerciais com os franceses. Premido entre os dois grandes rivais, o decreto do Bloqueio Continental em 1806 e o ataque inglês a Copenhague, no mesmo ano, explicitaram a posição delicada de Portugal. Com as tropas de Napoleão avançando sobre a Espanha e a disposição da Inglaterra em atacar os países neutros, as opções de Portugal estreitavam-se cada vez mais, até a decisão final de traslado da corte para o Rio de Janeiro, com os exércitos franceses já próximos a Lisboa. Escalada vertiginosa de eventos que, no entanto, não revelam suas causas ocultas. Para o historiador, o projeto de traslado da corte portuguesa para a colônia brasileira não fora uma solução tomada às pressas, mas era parte de um

plano anterior da Inglaterra, forjado no mínimo desde finais de 1800, como se pode depreender de um dos novos documentos examinados no livro, *O Plano Sábio*. Nele já fora pensada a mudança da sede do império português dentro de um quadro maior que é, a um só tempo, o acesso das mercadorias britânicas ao continente sul-americano, o fortalecimento do comércio naval em escala atlântica e a obtenção da matéria-prima fundamental da Revolução Industrial: o algodão. No plano de William Pitt, O Jovem, o comércio seria a melhor maneira de vencer a guerra contra a França: ocupar os mares em torno da Europa e inundar a terra com mercadorias inglesas. Nesse projeto, a estratégia mais fácil de entrar no mercado americano seria indiretamente, com uma monarquia amiga e um tratado de comércio que franqueasse o acesso aos navios com a bandeira inglesa carregados de manufaturas. Projeto que previa, contudo, ações alternativas. Caso Portugal se recusasse a deslocar o trono, a Colônia sofreria ataques em seus portos, e essas ações poderiam se estender às colônias espanholas. Se a Convenção Secreta de Londres, assinada em outubro de 1807, permite endossar a tese de que a pressão inglesa foi fundamental para o desfecho conhecido, os dois novos documentos, mais antigos, demonstram que os planos para ocupar o território americano eram anteriores. Para o autor, portanto, a inteligibilidade de medidas como a vinda da Família Real, a Abertura dos Portos e o Tratado de Comércio e Amizade são partes de um plano longamente refletido na cabeça do Império Britânico, no *Foreign Office*, expressão do liberalismo de comércio livre cujo *modus operandi* seria abrir o comércio sul-americano sem ocupar militarmente os territórios, projeto que é tentado e se torna crucial, na conjuntura crítica do ano de 1806, para compensar a diminuição das exportações britânicas para a Europa, queda reforçada pelo Bloqueio Continental.

Se o primeiro capítulo situa a decisão da transmigração da corte lusitana para a América e contextualiza o imperialismo inglês no quadro mais amplo das disputas entre Inglaterra e França pelo controle político e econômico da Europa, o capítulo 2 examina as condições econômicas que colocaram Portugal e Brasil no radar da expansão comercial britânica.

Para o autor, a economia política inglesa de finais do século XVIII orienta-se para a expansão das vendas de manufaturas para mercados fora da Europa, em decorrência da perda de mercado para a produção manufatureira francesa e portuguesa, ambas em expansão. Nesse momento de redefinição de suas linhas de comércio, o governo britânico nota que suas

relações comerciais com Portugal, secularmente superavitárias, sofreram uma reversão, obrigando a ilha a enviar ouro para seu antigo parceiro comercial. Reversão explicada pelas exportações portuguesas de artigos coloniais e redução das compras de manufaturados ingleses. Por outro lado, se a concorrência portuguesa é explicada pela expansão das manufaturas do reino desde finais do XVIII, Portugal e Brasil são indiretamente responsáveis pela expansão das indústrias do inimigo inglês, pois a França tornara-se a principal consumidora do algodão brasileiro, que alimenta suas manufaturas e eleva as receitas do Império Napoleônico. Assim, o acesso à mercadoria-chave da Revolução Industrial, o algodão, é decisivo para a manutenção e a expansão da produção têxtil. Dessa forma, déficit comercial, busca por algodão, concorrência europeia à produção manufatureira e guerras napoleônicas são processos correlatos que acentuam a percepção de que a guerra comercial e militar deverá ser decidida no mar, pelas marinhas mercante e de guerra. Para a Inglaterra, o acesso direto ao algodão brasileiro resolveria uma série de problemas econômicos e geopolíticos: reduziria o déficit comercial com Portugal; garantiria o acesso direto ao algodão; abriria o mercado interno brasileiro; bloquearia o avanço das manufaturas portuguesas; sufocaria a indústria têxtil francesa (p. 53). Nesse capítulo que combina análise quantitativa e história política, temos um estudo quantitativo do comércio de Portugal com as nações estrangeiras, demonstrando tanto os superávits com a Inglaterra quanto o aumento do consumo francês do algodão maranhense. A presença marcante do reino lusitano no comércio europeu se deve às reformas pombalinas, responsáveis por implementar um Novo Padrão de Colonização entre 1750 e 1830, cimentado pela diversificação produtiva da Colônia, o desenvolvimento manufatureiro metropolitano e, mediando os dois, o reforço do papel dos comerciantes metropolitanos. Se a primeira foi responsável por uma pauta de exportação brasileira composta por mais de cem itens, grande parte deles ou eram insumos para as manufaturas portuguesas ou mercadorias de reexportação para os demais países europeus. O renovado *status* do reino português, ademais, é uma das explicações para a *Realpolitik* de D. João, que protelou ao máximo um posicionamento durante as guerras napoleônicas para não desagradar nem o aliado de longa data, nem o principal parceiro comercial, valendo-se até de subornos aos representantes franceses para evitar uma invasão ao reino.

O capítulo seguinte discute os resultados do imperialismo britânico, ou seja, avalia se o projeto gestado desde 1800 teve os efeitos esperados. Uma das teses do autor é que, embora o imperialismo britânico sobre Portugal e sua colônia tenha os marcos formais em 1808 e 1810, ele acontece, *de facto*, em período anterior. Enquanto os navios ingleses já penetravam nos portos brasileiros desde finais do século XVIII, 1800 é um ano marco, pois foram registrados nada menos que setenta navios no porto do Rio de Janeiro: número máximo de uma escalada. Para se ter uma comparação, o mesmo porto registrou oitenta e três embarcações em 1809. Esse comércio ilegal também é quantificado de maneira indireta pelo autor. Sua hipótese é a de que a expansão das exportações coloniais desde finais do século XVIII não poderia ser feita sem uma grande parcela de importações de equipamentos, ferramentas, insumos e alimentos que chegavam por Portugal. A diferença na balança de comércio entre Brasil e Portugal, indicando exportações coloniais mais constantes e uma queda das importações, só poderia ser explicada pela maior presença do contrabando na Colônia. Os dados são reforçados pelas próprias análises de Maurício José Teixeira de Moraes, o responsável pela elaboração das balanças de comércio, que atribui ao contrabando a queda das exportações portuguesas para sua colônia americana. Trata-se de um argumento qualitativo que reforça a análise dos documentos examinados no livro. Se, de fato, a expansão comercial inglesa vinha sendo objeto dos altos dirigentes do Império Britânico, as potencialidades desse comércio na América já eram uma realidade para os contrabandistas ingleses, o que se integra na própria definição desse imperialismo de comércio livre, resultado das convergências de interesses das classes comerciais, manufatureiras e agrícolas inglesas, com forte representação nas decisões estatais.

Se o imperialismo inglês já se manifestava, de fato, no contrabando com o Brasil desde finais do século XVIII e se os planos para a mudança da sede do império português existiam desde ao menos 1800, a história de Brasil e Portugal teriam de fato sido decididas no *Foreign Office* e acatadas pelo então Regente de Portugal, D. João?

O quarto capítulo do livro enfrenta essa questão, buscando compreender qual o grau de agência que restava ao governante português e, sobretudo, como avaliar suas ações, tomadas em um contexto de céleres transformações políticas, sociais e econômicas que agitavam o continente europeu.

Capítulo extenso, tem como objetivo central examinar a “figura história de D. João”, buscando reabilitá-lo do legado historiográfico que o caracterizou como indolente, timorato, indeciso, glutão, preguiçoso, vulgar e inerte (pp. 124 e 132). Mas, vai além, e discute também a figura de seu filho, D. Pedro e sua participação nos eventos que resultaram na Independência do Brasil.

Nessa reabilitação da figura histórica de D. João VI, destacam-se pontos estratégicos de sua política, ainda enquanto Regente, que contrariam a caracterização que se consolidou em parte da historiografia. Por exemplo, suas intenções imperialistas, dirigidas à Guiana e à Província Cisplatina, atual Uruguai, e cogitadas também para Buenos Aires. Muito embora esses empreendimentos tenham sido freados por se chocarem com os interesses britânicos no continente, demonstram decisões de estadista tomadas pelo regente português. Além disso, foi durante sua regência que o projeto de estímulo manufatureiro de Pombal efetivamente floresceu, fazendo-o testemunha da reversão da balança comercial de Portugal com a Inglaterra. É essa conjuntura econômica, fruto maduro da política pombalina, que garantiu ao monarca a manutenção de sua política de neutralidade diante dos dois principais impérios em conflito. José Jobson destaca a agência do monarca, que preferiu pagar propina aos franceses para manter a política de neutralidade em vez de tomar uma decisão definitiva em favor de qualquer um dos impérios. Mesmo depois do decreto do Bloqueio Continental, D. João se recusou e postergou a adoção das medidas que fechavam os portos aos navios ingleses e confiscariam os bens dos cidadãos de Sua Majestade George III, não sem antes ter assinado a Convenção Secreta, que previa a escolta da Família Real e o compromisso de que não ocorreriam retaliações inglesas ao governo português.

Os desafios de D. João ao chegar ao Brasil eram os de “fundar as bases do novo império americano dos portugueses e reconquistar o Reino dos Franceses” (p. 155). Nesse sentido, a sucessão de acontecimentos após a Abertura dos Portos e a Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio (1810) é explicada pela intenção de criar um Reino Unido, mantendo a sede da monarquia no Brasil. Esse desígnio explica a criação, em 1815, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, retirando o estatuto colonial do Brasil e confirmando-o como sede do Reino. Daí o fato de, em 1817, dar a D. Pedro o título de Príncipe Real do Reino Unido e, no ano

seguinte, aclamar-se rei não em Lisboa, mas no Rio de Janeiro. Medidas interpretadas como maneiras de garantir a Unidade do Brasil e sua subordinação à dinastia dos Bragança. O que explica, também, a rápida repressão à Revolução Pernambucana (1817).

O destaque à agência de D. João VI também é estendida à análise do papel de seu filho, D. Pedro, na conformação desse império tropical e, sobretudo, na Independência do Brasil, em 1822. De início, o autor refuta a interpretação historiográfica que identifica que a ruptura política tenha sido resultado de “circunstâncias aleatórias, como a equivocada política de recolonização encetada pelas Cortes liberais” e a oposição entre os partidos brasileiro e português. O autor pergunta-se: “a separação da colônia foi racionalmente preparada pela autoridade maior do Reino ou foi o resultado de uma ação paciente, pacífica e exangue dos súditos coloniais? Ou uma somatória das duas coisas?” (p. 181). Para o autor, é necessário considerar as aspirações coloniais e a percepção de que a prosperidade mercantil da colônia foi criando um desejo de separação, de ruptura com a política de entreposto imposta pela metrópole.

Segundo José Jobson de Andrade Arruda, esse desejo de separação foi gestado no período de grande prosperidade da Colônia, localizada entre os anos de 1780 e 1830, momento que chamou de “diversificação produtiva” e de elevado crescimento econômico. Esses cinquenta anos marcam uma forte dinamização da Colônia, a expansão da produção de exportação, a diversificação da pauta, a desconcentração regional e, em consequência, uma maior circulação e distribuição da renda. Movimento e atividade que explicam, ademais, o crescimento do contrabando nos portos coloniais, com a anuência dos próprios colonos, “buscando o seu próprio caminho nas malhas do sistema colonial num gradativo desgarramento da Metrópole” (p. 189). Foi esse forte comércio, sobretudo ligado à exportação, que permitiu a formação de grandes fortunas na Colônia, que deu origem a um discurso anticolonial, antimetropolitano e antilusitano, concentrado na divisa da liberdade de comércio, vislumbrado já em finais do XVIII com a expansão do contrabando na Colônia e intensificado após 1808. Interesses que foram unificados na resistência às propostas recolonialistas das Cortes de Lisboa e no apoio das províncias do Sul a uma intervenção de D. Pedro, então Regente do Reino do Brasil. (p. 194). A oposição foi crescendo, e o autor insiste no caráter conflituoso

das visões em jogo, com os brasileiros opondo-se à recolonização. A crescente percepção dos interesses das elites comerciais brasileiras, desejosas do livre comércio e da independência política, permite-lhe afirmar que “a Nação precede o Estado, arregimentada por séculos de colonização e pela imediata noção de pertencimento, reforçada pela linguagem do interesse comum do mercado nacional” (p. 199). O julgamento final do historiador, portanto é que pai e filho, regentes e imperadores em momentos diferentes, com personalidades contrastantes, marcaram definitivamente a constituição do Estado do Brasil, criando o arcabouço institucional sob o qual a Nação se desenvolveria ao longo do século XIX.

O último capítulo, que dá título ao livro, analisa os dois documentos já mencionados no decorrer da análise, nos quais os planos britânicos para a expansão do comércio mundial desvelam-se nitidamente, colocando a colônia portuguesa como um elemento fundamental no projeto de expansão imperialista da Inglaterra.

Para a análise do *Plano Sábio* (c. 1800-1801) o autor recupera, também, sua noção de transtemporalidade (Arruda, 2014), segundo a qual os documentos históricos devem ser analisados pelo que expressam das constrições do presente, no que mobilizam e selecionam do passado e, também, do horizonte que preveem para o futuro.

Como dissemos, esses dois planos constituem, ao lado das balanças de comércio, de natureza quantitativa, as principais fontes para a tese de que o imperialismo inglês foi um projeto amplo que explica e conforma os destinos de Brasil e Portugal no início do século XIX. Ao traçar um elo de ligação entre o *Plano Sábio*, o *Plan to open new sources* e a *Convenção Secreta de Londres*, deslinda-se a maturação e persecução de um projeto de expansão comercial inglesa para a América, cuja realização mais fácil seria a transferência da corte portuguesa para o outro lado do Atlântico mas que não deixou de prever, em caso de resistência do monarca lusitano, a invasão do Brasil ou de outras colônias espanholas na América, como forma de ampliar a penetração das mercadorias inglesas no continente. Esboçada entre finais de 1800 e inícios de 1801 no *Plano Sábio*, a estratégia reaparece seis anos depois, com um nível de detalhamento de orientações, ações e estratégias impressionantes, que não apenas reiteram o que fora esboçado no documento anterior, como fazem uma operacionalização diante das transformações geopolíticas ocorridas entre a feitura de cada

um deles. Assim, para o autor, enquanto o primeiro é um plano diretor, o *Plan to open...* é um documento executivo, “inteiramente lastreado no *Plano Sábio*”, mas que “especifica o *modus operandi* do projeto” e, “diz quando, como, em que lugar, com que condições, o que fazer para alcançar suas metas” (p. 238-239), repetindo, inclusive, “frases inteiras” do discurso de William Pitt. A *Convenção Secreta de Londres*, nessa interpretação, seria a consolidação e a efetivação desse projeto.

O que encontramos nesse capítulo não é nem a transcrição dos documentos, nem a análise ampla que está disseminada nos capítulos anteriores. Ao contrário, aqui teremos uma leitura cerrada dos documentos, na qual o autor ao mesmo tempo que acompanha o texto, explica, contextualiza, significa e, sobretudo, interpreta. Verdadeiro exemplo de leitura e interpretação de documentos, esse capítulo nos permite vislumbrar a verve didática do autor, que abre a oficina da história aos leitores, demonstrando como se faz o diálogo entre texto e contexto, leitura e interpretação, teoria e evidência empírica, ainda mais mobilizando a proposta qualitativa dos dois planos às evidências quantitativas. Leitura que lhe permite reafirmar as principais teses apresentadas ao longo do livro e, ao mesmo tempo, explorar a crítica documental, discutir a datação dos documentos, a autoria e contextualizar sua produção no conjunto da obra e do pensamento de seus autores, William Pitt, o Jovem e George Canning, revendo a trajetória política de cada um deles.

Este é um livro, portanto, que toca em assuntos centrais para a comemoração do bicentenário da Independência, mas que também serve como exemplo do diálogo possível e necessário entre história econômica, política e cultural.

Referências

ARRUDA, J. J. de A. *Uma colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros: 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

ARRUDA, J. J. de A. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, n. 46, p. 66-78, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i46p66-78.

ARRUDA, J. J. de A. A época dos vice-reis fluminenses: o novo padrão de colonização, diversificação e integração econômica. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). *Os vice-reis no Rio de Janeiro: 250 anos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 189-228, 2015.

ARRUDA, J. J. de A. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

ARRUDA, J. J. de A. Por uma renovada história econômica. In: SAES, A. et al (Org.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, p. 85-112, 2017.

SAYURI, J. O historiador e seu tempo. *Revista Fapesp*, n. 228, p. 80, 2015.